

O PÓS-FORDISMO NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira

Doutora em Comunicação e Informação; Jornalista; Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS
virginia@ufrgs.br

SOUZA, Paulo Henrique Rodrigues de

Jornalista pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ph.rodrigues@globocom.com

RESUMO

Neste artigo, propõe-se uma reflexão crítica sobre as implicações do regime de acumulação flexível, fase atual do capitalismo monopólico, sobre o jornalismo impresso produzido no âmbito das indústrias culturais. Para isso, discute-se, primeiramente, o processo de mudanças inerente à transição do fordismo para o pós-fordismo nos conglomerados de comunicação. Num segundo momento, faz-se uma reflexão sobre as mudanças na organização do trabalho, com especial atenção para as novas habilidades e competências que passam a ser exigidas do jornalista num conglomerado em vias de se tornar uma organização multimídia. Por fim, analisa-se a compressão do tempo nas rotinas produtivas, particularmente sobre o *deadline*. Como objeto empírico de estudo, toma-se o jornal *Zero Hora*, do grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A perspectiva teórica predominante é a Economia Política da Comunicação. Os procedimentos metódicos adotados foram pesquisa bibliográfica, entrevistas em profundidade e observação participante e sistemática.

Palavras-chave: Jornalismo. *Deadline*. Pós-fordismo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo se propõe a uma reflexão crítica sobre as implicações do regime de acumulação flexível, fase atual do capitalismo monopólico, sobre o jornalismo impresso produzido no âmbito das indústrias culturais. Para isso, discute-se, primeiramente, o processo de mudanças inerente à transição do fordismo para o pós-fordismo nos conglomerados de comunicação. Num segundo momento, faz-se uma reflexão sobre as mudanças na organização do trabalho, com especial atenção para as novas habilidades e competências que passam a ser exigidas do jornalista num conglomerado em vias de se tornar uma organização multimídia. Por fim, analisa-se a compressão do tempo nas rotinas produtivas, particularmente sobre o *deadline*.

Como objeto empírico de estudo, toma-se o jornal **Zero Hora**, do grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A perspectiva teórica predominante é a Economia Política da Comunicação. Os procedimentos metódicos adotados foram pesquisa bibliográfica, entrevistas em profundidade e observação participante e sistemática¹.

2 A TRANSCRIÇÃO PARA UM REGIME FLEXÍVEL DE PRODUÇÃO

A década de 1970 marca a transição do regime fordista de acumulação² para o que alguns autores definem como regime flexível de acumulação, ou pós-fordista. Harvey (2001) aponta o ano de 1973 como o marco do processo de transição nos países capitalistas avançados. O novo ciclo seria decorrência do esgotamento da capacidade de resposta do fordismo-keynesiano³ à crise da superacumulação do final dos anos 1960, e três fatores teriam concorrido para a reestruturação global do capitalismo: a crise do petróleo, o fim do Acordo de Bretton Woods⁴ e o endividamento dos estados nacionais.

No Brasil, a transição para o pós-fordismo, além de tardia, ocorre de forma peculiar, levando à estruturação de um modelo imperfeito e marcado por assimetrias,

uma vez que não se reproduz nas mesmas condições e com os mesmos resultados obtidos pelos países desenvolvidos.

A singularidade do pós-fordismo brasileiro, entretanto, não constitui uma novidade. Carvalho (1999) sustenta que também o fordismo aqui se desenvolveu de forma atrasada e caricatural. Quando EUA e Europa já se despediam do fordismo, o Brasil recém vivia sua Idade do Ouro, o chamado “milagre brasileiro”, na década de 1970, período em que o Produto Interno Bruto oscilava em torno de 7% ao ano. Apesar do crescimento econômico exuberante, objetivo perseguido pelo modo de desenvolvimento ancorado no industrialismo, o fordismo brasileiro distancia-se do modelo americano e europeu pela incapacidade de estruturar um eficiente estado de bem-estar social, um Estado-Providência.

O regime militar implantado em 1964, e em vigor por mais de duas décadas, apesar de extremamente interventor nas questões políticas e econômicas, não conseguiu, ou não quis, converter os benefícios do crescimento econômico em programas que atendessem às demandas dos setores mais amplos da população. Pelo contrário, o modelo privilegiou a concentração de renda e aumentou as desigualdades sociais. Houve a opção por uma política econômica de compressão dos salários e concentração de renda. Os ganhos obtidos com o aumento de produtividade e de produção não eram repassados para os salários dos trabalhadores, cujos índices de reajuste eram determinados pelo governo. Essa política colocava-se na contramão do que determinava o fordismo “genuíno”, norte-americano, que tinha no aumento dos salários uma forma de ampliar o mercado através da inclusão dos trabalhadores na esfera do consumo. A idéia central do fordismo era produção em massa para consumo também em massa. No Brasil, o consumo restringiu-se a setores da população - os segmentos “modernos”. A concentração de renda era vista pelos formuladores da política econômica de então como condição para o processo de crescimento.

Enquanto o Brasil experimentava seu fordismo caricatural, outros ventos já sopravam no hemisfério Norte, balançando a estrutura do sistema. Uma das correntes vinha do Oriente Médio.

A crise energética atingiu em cheio todas as economias em 1973. No ano da Guerra do Yom Kippur - conflito entre Israel, Egito e Síria -, as perfuradoras de petróleo tornaram-se armas. Os países árabes produtores organizaram um boicote à produção em represália à ajuda americana a Israel.

O rompimento do acordo de Bretton Woods, firmado após a Segunda Guerra Mundial, agravava a crise. O dólar, a partir de então, deixava de ser a moeda de reserva no comércio mundial e passava a concorrer com uma cesta de moedas de

economias importantes no mercado internacional. Somados ao endividamento dos EUA, já considerados a maior economia global, o mundo mergulhava na superacumulação⁵.

Toda transformação no regime de acumulação implica mudanças no modo de regulação, na organização do trabalho e vice-versa, de maneira que a etapa monopólica do capitalismo necessita reestruturar-se (HARVEY, 2001).

O sistema passa a ser questionado. Na Europa, idéias semeadas por pensadores liberais apontam o Estado de Bem-Estar Social como o vilão da crise, e agremiações como o Partido Conservador, do Reino Unido, assumem o comando político. Nos EUA, o poder é entregue ao republicano Richard Nixon. Os governos americano e inglês impõem mudanças na macroeconomia. Aos poucos, os alicerces do fordismo, como a indexação de salários e o caráter assistencial do Estado, vão sendo corroídos. A mudança na estrutura do regime de acumulação se reflete no paradigma industrial de organização do trabalho. Harvey (2001) aponta as conseqüências para os trabalhadores.

Para os trabalhadores, tudo isso [*transição para o regime de acumulação flexível*] implica uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho. A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição [...], possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior (HARVEY, 2001, p. 258).

Importante catalisador dessa aceleração da produção são as novas tecnologias produtivas. Apesar de recente, a Rede Mundial de Computadores (Internet), por exemplo, contribui para a consolidação do modelo de desenvolvimento pós-fordista. O avanço tecnológico torna-se fator essencial para a reestruturação do capitalismo em escala mundial (CASTELLS, 2002).

Mas a passagem do fordismo para o pós-fordismo não se dá imediatamente à crise desencadeada nos anos 1970. Foram necessárias décadas de aperfeiçoamento político e econômico para que a rigidez fosse substituída pela flexibilidade na acumulação do capital. Para a adoção dessa forma flexível de acumulação, as nações, principalmente as “emergentes”, como o Brasil, têm um custo a pagar e um longo percurso a cumprir. Sucessivos governos, independentemente da posição no espectro ideológico, vêm patrocinando reformas no Estado (modo de regulação) visando à inserção do País no regime de acumulação flexível.

Abrir de par em par os portões e abandonar qualquer idéia de política econômica autônoma é a condição preliminar, docilmente obedecida, para receber assistência econômica dos bancos mundiais e dos fundos monetários internacionais (BAUMAN, 1999, p. 75-76).

Nem todas as nações passam por mudanças de mesma ordem; algumas o fazem parcial, outras plenamente. Alguns países completam seu ciclo, como EUA, Japão e estados da Europa ocidental. Outros são inseridos mais tarde, situação de economias latino-americanas, como o Brasil. Regiões da África e Ásia ainda permanecem alheias aos ventos do liberalismo econômico.

No Brasil, é a partir da última década do século XX que se implementam reformas de caráter liberal. As primeiras ocorrem no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando o Estado abriu mão da prestação de serviços e privatizou empresas estatais de energia e telecomunicações. Quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência República, em 2003, as mudanças macroeconômicas rumo ao pós-fordismo têm prosseguimento. A reforma da previdência social, implementada no primeiro ano de um governo considerado de esquerda, é um importante exemplo. Baseada no princípio de ajuste fiscal, abriu espaço para o capital privado num setor antes de domínio público.

No que diz respeito à organização do trabalho ou à reestruturação do paradigma industrial, como diz Harvey (2001), antes mesmo que a legislação trabalhista seja alterada, prevalecem as idéias de flexibilização e de desregulamentação, como contratos de trabalho por tempo determinado, terceirização, pagamento por tarefas etc.

No jornalismo industrial, o fenômeno vem se manifestando na forma de sobreposição de tarefas, supressão de funções e estabelecimento de metas de produtividade, entre outras inovações. E também não é recente, como observara Capparelli em pesquisa da década passada sobre o jornal **Zero Hora**.

A primeira grande mudança foi o fim do copidesque nos anos 70, pois o jornal começou a contratar repórteres com texto final, submetidos a uma contagem periódica do número de laudas produzidas num determinado período de tempo. A informatização do jornal em 1988 [*em Zero Hora*] reforçou essa tendência, com a utilização do texto já digitado pelo próprio repórter, levando à despedida em massa de revisores, cargos privativos de jornalistas (CAPPARELLI, 1997, p. 119).

A reestruturação no periódico gaúcho não parou por aí. Logo, *softwares* mais avançados - principalmente editores de textos e programa de paginação - foram sendo adquiridos, confirmando o que dissera Harvey (2001) sobre o fato de a compressão do

tempo-espaço estar fortemente ligada a altos investimentos em tecnologia, o que possibilita automatizar tarefas, torná-las mais ágeis e rápidas, de forma a permitir que, no mesmo período de trabalho, um mesmo profissional assuma outras atribuições. Além da sobreposição/supressão de funções, a busca da instantaneidade e a convergência para um padrão multimídia⁶ são fortes implicações da compressão do tempo nas rotinas produtivas do jornalismo industrial.

3 A ORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL DO TRABALHO

O acúmulo de funções, a fusão e até a supressão de algumas etapas no processo de produção do jornal, por constituírem “retrabalho”, ocorrem visando a uma maior produtividade, o que é coerente com a lógica capitalista de acumulação. E como observa Harvey (2001), a flexibilização da organização do trabalho tem conseqüências diretas na compressão do tempo-espaço.

Cabe ressaltar em relação às empresas jornalísticas brasileiras, entretanto, que, mesmo diante da quase inevitável inserção destas na lógica inerente à etapa capitalista atual, toda essa reestruturação ainda não é generalizada. **Zero Hora**, como os demais veículos do grupo RBS, constitui uma exceção, porque muitas organizações de comunicação ainda não ingressaram na era flexível. O jornal gaúcho foi pioneiro na adoção de novas ferramentas e estratégias de gestão, principalmente no Sul do Brasil⁷. Como parte de um conglomerado de mídias, o que acontece em **Zero Hora** é resultado de um programa relativamente recente de introdução de um conceito de empresa multimídia que a RBS vem perseguindo desde o final dos anos 1990.

A busca do perfil multimídia tem contribuído para alterar ainda mais as rotinas de produção em **Zero Hora**. Alguns profissionais são treinados para exercer funções em todos os veículos da empresa, como jornal, rádio, televisão e portal de notícias na Internet, o que provoca o surgimento de pequenos *deadlines*. O **ClicNotícias**, espaço jornalístico existente dentro do *site* do grupo, o **ClicRBS**, é abastecido com notícias produzidas por todos os meios, inclusive pela redação de **Zero Hora**. A integração das mídias faz com que repórteres e, principalmente, editores obedeçam ao prazo de cada veículo. Como **ClicRBS** e rádio possuem demanda freqüente e são os mais instantâneos, os jornalistas que atuam vinculados ao jornal de referência da empresa acabam trabalhando com o imediato em muitas coberturas. Intercalam a captação de informações para o jornal (para o dia seguinte) com a divulgação/publicação dos principais dados para outro veículo (hoje, agora, “tempo real”). Tudo isso acarreta sobrecarga de trabalho e resulta, concomitantemente, em aumento de produção e de produtividade.

Com a incorporação dos serviços *on-line* pelos grandes jornais, a sobrecarga é ainda maior. Assim, a vantagem que o repórter de jornal impresso poderia ter em relação ao que trabalha em meio eletrônicos desaparece: se antes havia condições de retornar à redação para redigir a matéria até o horário de fechamento, hoje é preciso fornecer *flashes* para o serviço “em tempo real” do jornal e, quando for o caso, também boletins radiofônicos (MORETSON, 2002, p. 137).

Outro exemplo são as matérias de **Zero Hora** que ganham destaque no **ClicRBS**. “Os mecanismos mais comumente utilizados são a divulgação do áudio de entrevistas, a disponibilidade de reportagens anteriores sobre o mesmo assunto e a apresentação de outros itens que não tenham sido publicados por falta de espaço” (ROESE, 2003, p. 53). Entre o espaço limitado do jornal e a “infinitude” espacial do *site*, repórteres e editores devem produzir o suficiente para cada mídia. Isso significa cortar texto em **Zero Hora** e acumular informação para divulgação no **ClicRBS**.

Na verdade, o que repórteres e editores acabam fazendo é compilar informações que antes eram descartadas na edição. Assim, toda “extensão de conteúdo”, prática multimídia que liga o impresso ao eletrônico, impõe a criação de um tempo paralelo para a execução de outra tarefa. A extensão de conteúdo não é apenas um simples compartilhamento, pois requer outro trabalho e outro tempo. Mesmo que essas tarefas de compartilhamento de conteúdo estejam acontecendo em pontos isolados, ainda em caráter experimental, os pequenos *deadlines* em **Zero Hora** acabam por ter implicações nos *deadlines* próprios do jornal, fluxos de páginas e fechamento final da edição, que vêm sendo supervalorizados.

A despeito do que afirma Roese (2003), através da observação sistemática realizada para a pesquisa que realizou, vê-se uma ampliação considerável do compartilhamento de conteúdo nos processos de produção. Até pouco tempo, quando repórteres-fotográficos saíam para cobrir determinado assunto, tinham apenas uma tarefa ao voltar para a redação: selecionar o material que julgavam de melhor qualidade e oferecê-lo aos editores. Hoje, com a possibilidade de extensão de conteúdo para o **ClicRBS**, a montagem das chamadas galerias fotográficas requer que o repórter-fotográfico assuma função adicional: selecionar fotos em maior número para abastecer a galeria do portal. Estender conteúdo é dar o máximo de aproveitamento àquilo que a limitação física das páginas do veículo impresso não absorve. Uma prática que revela a tendência capitalista de rentabilizar tudo.

A cobertura internacional é um dos exemplos mais representativos, tanto de compartilhamento de conteúdos quanto de exercício do conceito multimídia perseguido pela empresa.

Por razões claramente orçamentárias, coberturas internacionais - quando de interesse de jornal, rádio e TV - têm sido feitas por um único jornalista. Das últimas grandes coberturas realizadas, a exceção foi a morte e sucessão do papa João Paulo II, quando foram enviados ao Vaticano jornalistas dos principais veículos⁸.

Uma das experiências multimídia da RBS foi a cobertura da viagem do governador Germano Rigotto e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão em maio de 2005. A repórter Lúcia Ritzel, da editoria de economia de **Zero Hora**, viajou pelo jornal e enviou boletins diários para RBS TV e Rádio Gaúcha.

Como poderiam argumentar, a produção de boletins para rádio e/ou TV não significa apenas ler aquilo que é escrito para jornal. Além de mais tempo de trabalho na captação, apuração e edição do material jornalístico, rádio, TV e meio impresso têm textos de estrutura e estilos diferentes e tempos distintos a serem considerados.

4 A COMPREENSÃO DO TEMPO NAS ROTINAS PRODUTIVAS

Neste item, com base em conceitos fornecidos por Harvey (2001), Castells (2002) e Bauman (2001), analisam-se as manifestações da compressão do tempo-espaço, característica do regime flexível de acumulação capitalista, nas rotinas de produção jornalística, tomando como objeto o jornal **Zero Hora**. A partir da descrição das suas rotinas, procura-se apreender algumas das mudanças pós-fordistas pelas quais estas vêm passando. Dentre todas as etapas constitutivas da “linha de produção” da redação jornalística, destaca-se para análise a da hora do fechamento da edição - o *deadline*.

Quer coisa mais velha do que jornal de hoje? O coloquialismo da frase repetida no cotidiano das redações metaforiza a percepção da passagem do tempo e a ansiedade com o andar incessante e compassado dos ponteiros do relógio. Mas a expressão popular remete ao que sugere Bauman (2001) em sua **Modernidade Líquida**, quando, sem se referir a jornal, analisa a irrelevância do espaço e a valorização do tempo.

A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. [...] Se tempo nenhum precisa ser perdido ou superado - “sacrificado” - para chegar mesmo aos lugares mais remotos, os lugares são destituídos de valor [...] (BAUMAN, 2001, p. 136).

Na era do “capitalismo leve”, como define o autor, o jornalismo impresso já não concorre apenas com a instantaneidade da televisão e do rádio, mas também com a da Internet e suas características. “[...] O aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim - no que diz respeito à informação - à própria noção de ‘viagem’ (e ‘distância’ a ser percorrida)” (BAUMAN, 2001, p. 22). A possibilidade de aprofundamento da notícia - em detrimento da concisão da TV, do rádio e da Internet, famosos pelos textos curtos - é insuficiente como argumento para angariar leitores/consumidores (leitores do conteúdo editorial, consumidores de anúncios publicitários). Mesmo que se trate, aparentemente, de uma batalha inglória, já que as mídias eletrônicas sempre superarão em agilidade jornais e revistas, a grande dificuldade do jornal diário na conquista de leitores e da fidelidade dos assinantes, sob o pós-fordismo, é, sobretudo, o tempo. Bauman identifica a importância do tempo para os consumidores:

A “instantaneidade” aparentemente se refere a um movimento muito rápido e a um tempo muito curto, mas de fato denota a ausência do tempo como fator do evento e, por isso mesmo, como elemento no cálculo do valor. O tempo não é mais o “desvio na busca”, e assim não mais confere valor ao espaço. A quase-instantaneidade do tempo do *software* anuncia a desvalorização do espaço (BAUMAN, 2001, p. 136- 137).

Desvalorizado e “aniquilado” o espaço, o tempo ganha relevância ainda maior no jornalismo. O *deadline*, elemento historicamente importante na produção de um jornal, adquire, assim, papel estratégico.

Essa supervalorização do tempo na produção jornalística tem origem numa das características apontadas por Harvey (2001) como intrínseca à pós-modernidade: a compressão espaço-temporal. Esta, por sua vez, alicerça-se na necessidade de aceleração do tempo de giro do capital, típica do pós-fordismo. É característica inerente ao modo de produção capitalista. Como sintetizara Marx, toda economia se reduz à economia de tempo (*apud* MORETZSOHN, 2002). Por isso, a adoção de novas estratégias econômicas, após 1973, como forma de superar a crise de superacumulação que solapava o capitalismo de então, possibilitaram essa aceleração, com suas conseqüências.

A compressão do tempo-espaço atinge particularmente o setor de serviços, já que o consumo do que é produzido por este, mesmo que difícil de estimar, é infinitamente mais rápido do que o de bens duráveis (HARVEY, 2001). A indústria

cultural, da qual faz parte o jornalismo, passa a ser uma das mais atingidas por esse tipo de compressão.

Toda essa indústria [*cultural*] se especializa na aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens. Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade. Ela se torna um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente (HARVEY, 2001, p. 262).

A compressão do tempo-espaço tornou a instantaneidade e a velocidade objetivos a serem perseguidos, e isso vem mudando as relações de poder na sociedade. Para Bauman (2001), o mundo hoje é dividido entre os que estão em movimento (os que mandam) e os que não estão (os que obedecem).

4.1 A compreensão no *deadline*

A rotina de produção do caderno principal⁹ de **Zero Hora** começa na madrugada, quando o repórter de plantão na editoria de **Geral/Polícia**¹⁰ se encarrega das “rondas”¹¹. Se houver algo noticiável, o conteúdo desta não entrará, necessariamente, na edição que está sendo impressa naquele momento, por volta de 1h. Editor e repórter, muitas vezes, são chamados a uma decisão difícil: avaliar a relevância do fato. “Para parar as máquinas de impressão, somente um acontecimento com relevância suficiente para ocupar mais de meia página de jornal” (ROESE, 2003, p. 55). De um lado, estão o fato e a necessidade de sua publicação (critério jornalístico); do outro, o prejuízo provocado pela paralisação da rotação (critério econômico). A cada “freada” da rotativa, perdem-se papel, chapa de impressão e, o mais valioso, tempo.

Quando não se impõe jornalisticamente, o fato é guardado para a publicação no dia seguinte. Até lá, soma-se ao conteúdo o resultado de outras duas “rondas”, feitas às 4h e às 6h por um repórter da Agência RBS que passa a madrugada na redação do jornal. Agrega-se ainda o conteúdo compartilhado com a RBS TV e a Rádio Gaúcha, que mantêm plantonistas e noticiários do começo ao fim da madrugada¹² e durante todo o resto do dia.

Às 7h30min, chegam à redação do jornal os pauteiros das editorias **Geral** e **Central do Interior**. Responsáveis pela delegação de assuntos aos repórteres e fotógrafos do dia, esses profissionais integram as editorias que mais travam lutas contra

o tempo. As páginas da seção **Geral** são - exceto em dias especiais, em que assuntos de outras editorias exigem uma abordagem mais consistente - em maior número que as de **Política, Economia, Mundo** etc. Além disso, a cobertura de **Geral** lida com maior imprevisibilidade em relação às editorias de **Política, Economia e Esportes**¹³. Entretanto, incêndios, mortes, roubos, assaltos e seqüestros, alguns dos acontecimentos mais imprevisíveis, são apurados, redigidos e editados pelos jornalistas da editoria de **Geral/Polícia**. Já a **Central do Interior**, além de toda a imprevisibilidade e de agregar funções de todas as outras editorias - os 13 repórteres de **Zero Hora** espalhados pelas 12 sucursais do Rio Grande do Sul cobrem todos os assuntos do jornal - , sofre uma pressão a mais: um *deadline* mais curto.

A primeira edição de **Zero Hora**, distribuída no interior do Estado, é finalizada às 22h35min, antes da que circula em Porto Alegre e Região Metropolitana, que sofre algumas modificações em relação à primeira. Isso não significa que a primeira só publique matérias do interior. Toda a produção do jornal tem o *deadline* limite por volta de 22h35min, mas ao noticiário do interior não é permitida atualização depois desse horário. Isso obriga a **Central do Interior** a um planejamento ainda maior. Cada correspondente no interior do Estado cobre um raio de até 300 quilômetros em torno da sede da sucursal. O deslocamento dos repórteres é maior, o que dificulta ainda mais o cumprimento dos prazos. A rotina imposta é a seguinte: tudo o que ocorre pela manhã, e que não exija acompanhamento/atualização ao longo do dia, tem de ser enviado para a editoria até às 13h.

Na redação em Porto Alegre, os repórteres recebem as pautas já com o *deadline* definido. Deve haver trabalho para os editores do turno da tarde. As matérias dos repórteres que chegam à redação às 9h devem ser entregues ao editor de **Geral** até às 18h, no máximo. O mesmo vale para repórteres que chegam à tarde e cuja produção vai ser publicada no dia seguinte. A eles é dado o prazo máximo das 19h.

As fotos também obedecem a um limite de “baixamento”. Antes de serem “importadas” pelos diagramadores, passam pelo Centro de Tratamento de Imagens (CTI), onde recebem acabamento em *software* especial, o **Photoshop**. Para não provocar atrasos, os diagramadores são orientados a encaminhar o quanto antes as fotos para o CTI. O envio é feito eletronicamente¹⁴. Todos os computadores da redação trabalham com *software Telescope*. Com ele, repórteres, editores e diagramadores usam ferramentas que lhes permitem fazer suas próprias buscas por fotografias arquivadas, selecioná-las e enviá-las para o tratamento. O mesmo funciona para o caminho inverso. Todas as imagens são importadas eletronicamente para os diagramadores que, de posse do texto e dos espaços para anúncio, dão formato às

páginas. Todas as máquinas usadas pelos repórteres-fotográficos do jornal são digitais. À medida que fotos vão sendo tratadas, textos vão sendo editados e páginas vão sendo montadas. Começa, assim, o fluxo de produção na redação de **Zero Hora**¹⁵.

Todos os dias são marcadas horas e minutos do horário de fechamento de cada página. Cada editoria tem o seu fluxo¹⁶, que muda diariamente, dependendo da cobertura a ser feita. O fluxo é decidido às 14h, quando editores de todas as seções se reúnem para discutir o que é notícia - enfoques, coberturas, espaços - e programar o “baixamento”. A planilha é seguida à risca e, se houver atrasos, haverá necessidade de justificativa. O balanço mensal é exposto no mural da redação, à vista de todos. Do fluxo dependem as trocas de páginas obrigatórias de **Zero Hora**, que acontecem na passagem da primeira para a segunda edição. Algumas matérias cuja relevância é maior para os municípios do interior são substituídas por aquelas de interesse da capital e região metropolitana. Estas só aparecem na segunda edição e em edições posteriores se houver atualizações durante a impressão - o que, como se argumentará, pode se tornar casa vez mais raro.

A importância do cumprimento do fluxo se reflete também no setor comercial. Da primeira para a segunda edição, também há mudanças de anúncios. Atraso no fechamento da primeira edição implica atraso na troca de anúncios. Conseqüentemente, maior dificuldade para a circulação.

Na redação do jornal, medidas como a cronometragem no “baixamento” de páginas foram adotadas para tornar ainda mais eficaz o *deadline*. Cada editoria tem horários específicos para baixar determinado número de páginas, o que é chamado de fluxo, uma rotina previamente pensada, regularmente planejada e incansavelmente cobrada. Essa cobrança tem implicações na subjetividade dos trabalhadores da notícia.

Sejam psicológicas, sejam técnicas, todas as estratégias adotadas visando a aperfeiçoar o *deadline* obedecem a um único propósito: acionar as rotativas¹⁷ imediatamente após o término da composição da última página baixada. O leitor precisa ter o jornal à porta, literalmente, antes de sair para o trabalho, antes de ouvir rádio, de ligar a TV, de se conectar à Internet. Uma briga incessante contra o relógio em que não há outra alternativa senão vencer. Sob pena de o jornal perder o que lhe é mais precioso: o leitor/consumidor. “A violência da velocidade tornou-se, simultaneamente, o lugar e a lei, o destino e a destinação do mundo” (VIRILIO, 1996, p. 137).

Parte considerável do cancelamento das assinaturas de um jornal como **Zero Hora** é atribuída pelos leitores/consumidores a atrasos na entrega. O “tarde” do leitor pode ser algo como “por volta do meio-dia”. A pressa é uma resposta à própria ação da

compressão do tempo-espço. Diante da aparência de completo descontrole em que tudo parece estar, a atitude *blasé* é uma das saídas encontradas pelo ser humano pós-moderno para encarar o mundo. Para alimentar esse escapismo compulsivo, nada melhor que a informação excessiva, uma grande indutora do esquecimento, como acredita Harvey (2001), ou do desaparecimento do interesse. “Instantaneidade significa realização imediata, no ato - mas também exaustão e desaparecimento do interesse” (BAUMAN, 2001, p. 137).

A obsessão pelo tempo poderia explicar a falta de vespertinos diários no País. Praticamente inexistem jornais com circulação posterior ao meio-dia. O leitor parece preferir mesmo o “quase-tudo”¹⁸ cedo ao “tudo” tarde. Uma das jornalistas de **Zero Hora** ouvidas para esta pesquisa diz acreditar que a opção do leitor é acertada, pelo fato de não existir um jornal que possa cobrir todos os acontecimentos. Estes nunca cessam, e o periódico tem limite de espaço e de tempo. O argumento é razoável. Para que seja impresso, o jornal também necessita estipular um limite de horário para a produção. A opção pelo “quase-tudo” passa a ser uma questão incontornável, o que justifica o encurtamento progressivo do *deadline*.

O crescente nível de obsolescência dos jornais também está relacionado à compressão do tempo-espço. Sob o regime de acumulação flexível, manter as coisas para além de seu prazo de descarte, o que para um jornal sempre foi pouco tempo, significa privação, já que pode tornar-se empecilho a novos consumos. “Uma vez que a infinidade de possibilidades esvaziou a infinitude do tempo de seu poder sedutor, a durabilidade perde sua atração e passa de um recurso a um risco” (BAUMAN, 2001, p. 147). É contra essa “descartabilidade” que **Zero Hora** luta. Não chegar ao amanhecer à casa do leitor/consumidor é tornar-se descartável antes mesmo de ser consumido, o que tira a sedução do jornal: a novidade, o ineditismo que só existem nas primeiras horas do dia. À tarde, o jornal é mais um amontoado de folhas impressas do que um relato dos acontecimentos relevantes do dia anterior. E perde seu valor de troca, não vende. O depoimento de um dos informantes da pesquisa expressa bem a excessiva preocupação com o tempo no jornalismo industrial: “A **Zero Hora** tem de baixar, tem de fechar às 22h30min para que esteja pronta às 3h. Se isso não acontece, ocorre de os centros de distribuição, que entregam os jornais aos entregadores, que vão para as esquinas, [...] se atrasarem no trabalho deles, e, quando o entregador vai para a esquina um pouco mais tarde, [...] muita gente que estava a caminho do trabalho já passou por ali”¹⁹.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se analisa a cronometragem no processo de “baixamento” das páginas de **Zero Hora**, percebe-se o quanto esse instrumento de gestão do trabalho jornalístico remete à lógica pós-fordista de produção. No jornal, a eliminação de seqüência, criando o tempo não diferenciado (eternidade), de que fala Castells (2002), ocorre de duas formas.

Primeiramente, durante a produção da notícia: apuração, revisão, edição. Essas três etapas passam por constantes transformações no pós-fordismo, cujos novos modos de gestão não disfarçam sua resistência a qualquer especificação de funções e divisão de tarefas. A sobreposição/supressão de funções e o agregar de outras atribuições são paradigmáticas da flexibilização da organização do trabalho.

A segunda forma está ligada ao tempo de execução das tarefas. O fechamento do jornal vem sofrendo a ação do que se pode chamar de supervalorização do tempo. Planejado e encurtado, a antecipação do *deadline* em **Zero Hora** é exemplo de compressão desse tempo. Para Sennett (2000), procurar substituir as rígidas estruturas de trabalho hierárquicas por formas mais flexíveis de organização é uma forma de tornar a produção mais flexível e orientada para oferecer mais produtos ao mercado, com maior rapidez.

A supervalorização do *deadline*, conseqüência do culto à instantaneidade (HARVEY, 2001) e à irrelevância do espaço (BAUMAN, 2001), vincula-se à lógica dominante na etapa flexível do capitalismo contemporâneo.

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). **Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista [grifo nosso]** - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 2001, p. 140).

Assim, a segunda forma em que há a eliminação de seqüência referida por Castells (1999) exerce influência ainda maior sobre o *deadline*, que é supervalorizado

nessa busca compulsiva da instantaneidade, que faz o jornal perder seu próprio valor. Assim, o nível de obsolescência parece aumentar no jornalismo. Como se corresse para o nada, jornalistas entram diariamente na redação, assumem suas funções - já não mais tão específicas - e produzem o jornal com um olho no texto e o outro no relógio. O convívio com a ansiedade, a taquicardia, a aflição pela finalização das tarefas, o estresse, somados ao acúmulo de funções por conta da eliminação de cargos, são encarados como normais.

Essa superaceleração do processo de produção é percebida pelos jornalistas de tal forma que às vezes ultrapassa as conversas de corredor e pára nas próprias páginas do jornal. Em uma de suas colunas publicadas aos sábados, a jornalista Cláudia Laitano descreve sua aflição com o tempo e constata: “Não me espanta que tenha partido de um jornalista a idéia de lançar um movimento internacional contra a pressa.”²⁰

A agilidade na produção motiva elogios por parte da direção. Frequentemente, a editora-chefe de **Zero Hora**, que agrega a função de *ombudsman* interno, redige uma análise da edição do dia. Os comentários não se restringem às boas histórias “cavadas” por repórteres, ou às páginas “bem pensadas” por editores e executadas por diagramadores. Há espaço para o elogio à agilidade, ao cumprimento do *deadline*, à instantaneidade. Uma espécie de ditadura da velocidade de conseqüências abrangentes, como notara Bauman.

O advento da instantaneidade conduz a cultura e a ética humanas a um território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido (BAUMAN, 2001, p. 147).

Para o autor em referência, a passagem do capitalismo pesado (fordista) ao leve (pós-fordista), da modernidade sólida à líquida, pode ser considerada o marco crucial da história humana desde a revolução neolítica. Embora exagerada, para refletir sobre o jornalismo esta é uma afirmação a ser considerada.

ABSTRACT

This paper is a critical reflection over the implications of flexible cumulative regime, which is the contemporary stage of monopolist capitalism, over Journalism as a cultural industry product. In order to achieve this goal, the changing process in communication conglomerates, inherent to the transition from fordism to post-fordism, is discussed. Next, changes in the mode of production and work organization are analyzed, specially those new skills and competences needed by the professional journalists in corporations on their way to become multimedia organizations. Next, the timing

comprehension of production routines is analyzed, particularly that of “deadline”. As empirical object for this study, the *Zero Hora* newspaper was chosen, *ZH* is an affiliate to Rede Brasil Sul de Comunicação from Porto Alegre, Brazil. The prevailing theoretical perspective is that of Political Economy of Communications. The method includes a thorough bibliographical review, intensive interviews, and systematic and participative observations.

Keywords: Journalism. Deadline. Post-fordism.

RESUMEN

En este artículo, se propone una reflexión crítica sobre las implicaciones del régimen de la acumulación flexible, fase actual del capitalismo monopólico, sobre el periodismo impreso producido en el ámbito de las industrias culturales. Para esto, se discute, primero, el proceso de cambios inherente a la transición del fordismo hacia el posfordismo en los conglomerados de la comunicación. En un segundo momento, se hace una reflexión sobre los cambios en la organización del trabajo, con especial atención hacia las nuevas habilidades y capacitaciones que pasan a ser exigidas del periodista en un conglomerado que está por convertirse en una organización multimedia. Finalmente, se analiza la compresión del tiempo en las rutinas productivas, particularmente sobre el *deadline*. Como objeto empírico del estudio, se observa el periódico *Zero Hora*, de propiedad del grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), que tiene su localización en la ciudad de Porto Alegre, Río Grande do Sul. La perspectiva teórica predominante es la Economía Política de la Comunicación. Los procedimientos metódicos adoptados han sido la investigación bibliográfica, entrevistas em profundidad y observación participante y sistemática.

Palabras claves: Periodismo. *Deadline*. Posfordismo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPARELLI, Sérgio. Zanzibar de novas tecnologias: imprensa regional e Zero Hora. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Temas Contemporâneos em Comunicação*. São Paulo: Edicom/Intercom, 1997. P. 109-126.

CARVALHO, Marcelo Pereira de. O fordismo no Brasil. Que fordismo é esse? In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Mastins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Capitalismo: da gênese à crise atual*. Montes Claros: Unimontes, 1999. P.91-132.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ROESE, Luiz Norberto. **Seleção de notícias: o caso da editoria Geral de Zero Hora**. 2003. Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SENNETT, Richard. **A corrosão caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

¹ Conforme classificação e definição de Gil (1995).

² Estabilização por um longo período da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, o que implica a correspondência entre a transformação das condições de produção com a das condições de reprodução de assalariados (HARVEY, 2001, p. 117).

³ Regime de acumulação do pós-guerra, que se baseia na produção em massa para consumo de massa. Sob sua hegemonia, os países capitalistas centrais obtiveram crescimento econômico estável, elevaram os padrões de vida da população, controlaram as crises e ameaças de guerras e consolidaram democracias de massas. Na organização da produção, caracteriza-se pela uniformidade e padronização, pelos grandes estoques, pela fragmentação do trabalho e especialização em tarefas, pela organização vertical e rigidez da regulamentação, entre outras (HARVEY, 2001).

⁴ Fim da conversibilidade do dólar americano em ouro, instituído em 1944, e a passagem para um sistema global de taxas de câmbio flutuantes.

⁵ Condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para a obtenção de tarefas socialmente úteis. Uma condição generalizada de superacumulação seria indicada pela capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e de estoques, excedente de capital-dinheiro (HARVEY, 2001).

⁶ Multimídia: convergência entre mídias, entre veículos de comunicação. Jornalisticamente, quando rádio, televisão, impresso e web compartilham conteúdo. Repórter ou jornalista multimídia é aquele que tem desenvoltura para trabalhar em todas as frentes do jornalismo.

⁷ O grupo RBS é pioneiro na prática multimídia no Sul do país e um dos percussores no Brasil.

⁸ Isso, entretanto, não impediu que o jornalista Rodrigo Lopes, que acompanhava a escolha do novo Papa por **Zero Hora**, fizesse incursões na RBS TV e na Rádio Gaúcha. O trabalho de Lopes não se restringiu a boletins ao vivo e/ou gravados para as mídias eletrônicas, como ocorre normalmente. Na TV, foram exibidas matérias completas produzidas por ele com a ajuda de um cinegrafista.

⁹ Esta pesquisa se limita a descrever a produção do primeiro caderno de **Zero Hora**. São excluídos, assim, os outros suplementos, como o **Segundo Caderno**, produzido de segunda a sexta-feira, e demais suplementos, cuja publicação é semanal. Esses possuem *deadlines* diferentes do caderno principal, cujo horário de encerramento é diário e sempre à noite, com exceção da edição de domingo, que tem o fechamento antecipado para a manhã de sábado.

¹⁰ A editoria de **Polícia** é submetida à de **Geral**. Em **Zero Hora**, ambas dividem o mesmo espaço num dos cantos da redação. No corpo do tablóide, as editorias se dividem. **Geral**, geralmente com maior número de páginas, antecede o espaço da cobertura policial.

¹¹ Ligar para centros de informações das polícias civil, militar e rodoviária, hospitais e bombeiros em busca de acontecimentos recentes ou em andamento que possam ser noticiados.

¹² A Rádio Gaúcha leva ao ar, de segunda a sábado, das 5h30min às 8h, o programa **Gaúcha Hoje**, que tem noticiários e comentários. Na RBS TV, é apresentado, de segunda a sexta-feira, das 6h30min às 7h15min, o telejornal **Bom Dia Rio Grande**.

¹³ A editoria **Mundo**, que também está sujeita à imprevisibilidade de acontecimentos, tem a vantagem do fuso-horário. Quando chegam ao jornal, à tarde, repórteres e editores dessa seção sabem antecipadamente, sem maiores controvérsias, o que publicar no dia seguinte. A essa hora,

as agências internacionais já enviaram toda a cobertura da Europa, Ásia, África e Oceania. Basta esperar o desfecho dos acontecimentos-notícia nos países das Américas para finalizar a edição. Além disso, são raras as vezes em que a editoria Mundo tem necessidade de produzir diretamente uma matéria. O noticiário internacional de **Zero Hora** é feito, basicamente, de edição de despachos de agências.

¹⁴ **Zero Hora** digitalizou seu banco de imagens em 1999.

¹⁵ Ver Roese (2003).

¹⁶ Na linguagem especializada do jornalismo, fluxo é o termo que se dá à relação entre o número de páginas e o tempo de baixamento, de finalização destas. Em **Zero Hora**, as editorias possuem determinados números de páginas (dependendo do tamanho do jornal, que obedece à quantidade de anúncios) para liberar em determinados horários pré-estabelecidos.

¹⁷ O parque gráfico de **Zero Hora** é composto por duas rotativas: a News, mais nova, com capacidade maior de impressão, e a Metro.

¹⁸ A expressão foi usada, pela primeira vez, por uma jornalista durante conversa informal na própria redação.

¹⁹ Em entrevista concedida ao autor no segundo semestre de 2004.

²⁰ **Zero Hora**, 25 set. 2004, p. 3.